

## O PERFIL DO EDUCADOR INFANTIL.

**Antonia Plácida Rodrigues de Moraes**

Estudante, FSJT, Rio de Janeiro, [antoniaplacida@hotmail.com](mailto:antoniaplacida@hotmail.com)

**Maria Cristina Queiroz Maia, M. Sc.**

Orientadora, FSJT, Rio de Janeiro, [cristinamaia@institutogate.com.br](mailto:cristinamaia@institutogate.com.br)

**Rosângela Braga Pinheiro, Esp.**

Co-orientadora, FSJT, Rio de Janeiro, [rosangelabragapsi@gmail.com](mailto:rosangelabragapsi@gmail.com)

### Resumo

Este artigo científico é requisito parcial para obtenção do certificado de especialista em Educação Infantil do curso de pós-graduação lato sensu da Faculdade São Judas Tadeu.

O tema proposto para este artigo refere-se a um estudo sobre o Perfil do Educador Infantil, qual a postura ideal deste educador no contexto da sala de aula, nas suas práticas metodológicas, isto é, seu fazer pedagógico para atender a demanda de crianças que necessitam está inseridas na organização de um ambiente pedagógico como sujeitos sociais, históricos e culturais, que têm direito à educação e ao bem estar, como também fazer uma reflexão sobre a história da Educação Infantil desde seu surgimento até os dias atuais.

O objetivo geral deste estudo é enfatizar uma reflexão sobre o perfil do educador infantil. Os objetivos específicos são: Definir o papel do educador infantil no contexto de sala de aula; discutir sobre a educação das crianças de 0 a 6 anos; ressaltar as diversas maneiras de ensinar, levando em consideração que não há uma padronização do processo ensino aprendizagem.

O tema: O Perfil do Educador Infantil é discutido, atualmente, à medida que cada vez mais participa da agenda política, recebendo maiores investimentos e sofrendo uma maior expansão, cada vez mais o profissional infantil tem uma maior relevância neste novo contexto educacional, é visto como um profissional diferenciado. Esse profissional precisa ter certas características como: Sentir-se confortável com a subjetividade e o diálogo, ser capaz de aceitar, ou melhor, valorizar a incerteza, ser igualmente curioso e disposto, ou melhor, ávido

por romper fronteiras- em diferentes disciplinas, teorias e paradigmas, precisa ser um pesquisador, alguém que tenha determinado ponto de vista ou atitude em relação ao trabalho e à vida, um pensador crítico.

O presente artigo justifica-se na busca de compreender o papel desse profissional que atua no espaço da educação infantil, como também entender as interações dentro das instituições de Educação Infantil como prática democrática e ética.

**Palavras – chaves:** Educação Infantil, Métodos e Educador.

## **Introdução**

A educação infantil no Brasil registrou muitos avanços nos últimos vinte anos. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 a definiram como primeira etapa da educação básica, antecedendo o ensino fundamental, de caráter obrigatório, e o ensino médio. Essa ampliação do direito à educação a todas as crianças pequenas, desde seu nascimento, representa uma conquista importante para a sociedade brasileira, porém, para que esse direito se traduza realmente em melhores oportunidades educacionais para todos e em apoio significativo às famílias com crianças até seis anos de idade, é preciso que as creches e as pré-escolas, que agora fazem parte integrante dos sistemas educacionais, garantam um atendimento de boa qualidade. Na perspectiva de uma melhor qualidade de ensino constantemente o ensino brasileiro tem passado por mudanças. No mês de abril de 2013, foi sancionada a Lei nº 12.796, que ajusta a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB) e estabelece o ensino obrigatório a todos os brasileiros de 4 a 5 anos. A medida era o passo que faltava para oficializar uma mudança feita em 2009 na Constituição Federal e traz à tona o debate sobre a universalização da pré-escola.

Pensar em um ensino de qualidade para as crianças de 0 a 6 anos é refletir que a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional estabelece como finalidade da Educação Infantil o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade, sendo assim as propostas pedagógicas precisam ter como ponto de referência as peculiaridades infantis, as características de desenvolvimento e aprendizagem e a realidade do contexto socioeconômico e cultural no qual os educandos encontram-se inseridos. Cabe então, ao educador infantil, a busca incessante e de forma contínua pelos conhecimentos científicos

básicos e os conhecimentos práticos necessários ao trabalho com as crianças pequenas. O processo de desenvolvimento do conhecimento profissional, isto é, a busca constante pelos saberes docente é necessária nesta profissão, pois só assim é possível se ter êxito no trabalho como educador infantil.

## **Metodologia**

Para a realização deste trabalho de conclusão do curso de especialista em Educação Infantil, foi escolhida como método de trabalho a fonte de evidência, tomada como base as ideias propostas por Barros e Lehfeld (2005). A pesquisa caracteriza-se metodologicamente pelo uso da pesquisa bibliográfica. Esse tipo de pesquisa é de grande valia e eficácia ao pesquisador, pois permite o acesso ao conhecimento já catalogado em bibliotecas editoras e internet. Sendo assim optou-se pelo estudo exploratório, dessa forma, primeiramente realizou-se a pesquisa bibliográfica, embasando o estudo nas normas científicas. Livros, periódicos (PNBE) e sites de pesquisas que contribuem para o enriquecimento profissional do educador, foram utilizados como fonte de dados sobre o estudo do tema: O Perfil do Educar Infantil.

## **Brevê histórico da educação infantil**

A educação infantil foi durante muito tempo, considerada uma ação exclusiva da família, pois do ponto de vista histórico, a educação da criança estava sob a responsabilidade da mesma, Nem sempre a criança foi vista enquanto um ser em desenvolvimento, com interesses e necessidades próprias e, apesar das primeiras ideias sobre a educação da criança terem surgido com Platão, na Grécia do século V a.c, centenas de anos se passaram, antes que a primeira escola para crianças fosse criada.

De acordo com Philippe Ariés, historiador francês, em seu livro “História Social da Criança e da Família” (2. Ed. 1981), as crianças eram vistas nos séculos XIV, XV e XVI como adulto em miniatura. Desta forma, era comum que elas participassem dos mesmos eventos e realizassem as mesmas tarefas que eram atribuídas aos adultos, porque era no convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura, porém na era da globalização, em uma sociedade contemporânea, surgem-se os novos modelos de educação, a fim de atender essa nova

demanda que por sua vez tem a oportunidade de frequentar um ambiente de socialização, convivendo e aprendendo sobre sua cultura mediante diferentes interações com seus pares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Art. 29º diz que: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Art. 30º.

A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II- pré-escola para crianças de quatro a seis anos de idade;

Art. 31º.

Na educação infantil a avaliação faz-se mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Na atualidade a LDB sofreu uma alteração por meio da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.

Art. 6º

“É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 anos de idade”.

No novo contexto da educação brasileira e na perspectiva de melhor atender as crianças de zero a seis anos de idade, surgem-se diferentes olhares a cerca da educação infantil e do papel do educador infantil, porém o profissional da Educação Infantil numa visão nova é prioritária, mas não é suficiente. A par destas definições serão necessários investimentos de grande porte, basicamente na qualificação e dignificação de recursos humanos, infraestrutura física e equipamentos (todos), é tempo de infância e de relações pedagógicas significativas.

### **Políticas de atendimento as crianças no Brasil.**

No campo das políticas de atendimentos às crianças, a história no Brasil é marcada por avanços e retrocessos, muitos discursos e poucas ações concretas. Entretanto, a partir da década de 80, os discursos sobre a infância e o atendimento às crianças ganharam um enfoque. Principalmente com a participação maior da sociedade, por meio das associações, pastorais e instituições internacionais.

Há 17 anos o reconhecimento da Educação Infantil enquanto um direito da criança e da família e um dever do Estado foi concretizado com Constituição de 1988, pelo artigo 208, inciso IV.

Art. 208- O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de;  
“IV- Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.”

Muito embora este preceito constitucional, que estabelece a educação da criança de zero a seis como sendo um direito de todo cidadão, ainda estamos longe de tê-la à disposição de todos desta faixa etária e de qualquer nível socioeconômico.

Fato este que se deve não apenas às dificuldades do Estado em administrar a verba pública de forma a atender de maneira equitativa toda a população, mas também ao fato de que as escolas públicas ainda não se estruturaram pedagogicamente para favorecer o acesso e a permanência de todos, e, em especial, da população mais pobre, que sofre a interferência de determinantes extraescolares, gerados pelas adversidades sociais, características de uma sociedade marcada pela desigualdade.

Passaram-se oito anos até que os dispositivos constitucionais foram confirmados pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9394/96, que apresentou a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e, desta forma, um direito inalienável de todo cidadão. Neste tempo, nossa sociedade foi marcada por transformações fortes na concepção de Estado e de políticas educacionais e sociais.

Os documentos legais que surgiram após a LDB apontaram para a necessidade da criação uma política nacional para a infância brasileira, tanto o primeiro documento, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998), quanto o segundo, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil- DCNEI (Brasil, 2000), apresentaram em comum à concepção das crianças de zero a seis anos como sujeitos de direitos e cidadãos em processo, além de darem especial relevo ao trabalho dos profissionais envolvidos com as práticas pedagógicas infantis.

Esse movimento na história da Educação Infantil encerra, dentro de si, a preocupação com a adoção de uma concepção mais ampla de educação e com a necessidade de superar, de uma vez por todas, uma concepção de infância que não olha a criança pequena como ser ativo, agente, produtor e transformador de cultura. Essa preocupação deve iluminar a busca pela melhoria da qualidade na Educação Infantil que tem, certamente, o seu destaque maior na formação dos professores.

## O Educador Infantil e Sua Formação

Uma formação docente para a Educação Infantil hoje precisa ser pautada em conhecimentos científicos básicos para a formação do professor e os conhecimentos necessários para o trabalho com a criança pequena, além de contemplar um processo de desenvolvimento e construção do conhecimento do próprio profissional e os seus valores e saberes culturais produzidos a partir da sua classe social. Além disso, deve considerar dois problemas. A ausência da prática reflexiva nos cursos de formação dos professores da Educação Infantil e a pouca clareza na definição do perfil desses profissionais.

As propostas de formação de professores que surgiram neste cenário visaram um perfil profissional diferente daquele sem qualificação dos anos anteriores e objetivam uma especialização com objetivo de atender às funções de cuidado e educação no atendimento à criança de zero a seis anos. Essa proposta tem procurado eliminar o isolamento profissional com a valorização dos saberes profissionais de cada educador, construindo uma parceria com a comunidade e a família e integrando a formação inicial a continuada, na busca de uma melhor qualidade no trabalho com a criança de zero a seis anos.

O que se pode verificar na atualidade é a preocupação de que os direitos da criança não inclui apenas o acesso às instituições da Educação Infantil, mas principalmente, o direito a um atendimento digno. O que nos leva a pensar na formação e capacitação dos profissionais que estarão comprometidos com o trabalho com as crianças de zero a seis anos.

Com as mudanças observadas hoje na realidade educacional do Brasil, com uma sociedade mais exigente dos seus direitos, o professor de educação infantil é visto de maneira diferente da que ocupavam alguns anos atrás. São novas exigências, e que mostram a necessidade de um profissional que tenha uma visão mais holística de como a criança se desenvolve e aprende; que seja um mediador das interações entre as crianças; que organize ambientes de interações, desafiadores; que estude e analise permanentemente a sua prática.

O professor que atua na educação infantil deve ter uma preocupação específica de como lidar com as crianças no dia a dia e em situações especiais.

As crianças tem um jeito próprio de encarar as novas etapas que vão surgindo em sua vida. Muitas vezes pais e educadores encaram esses acontecimentos com maior dificuldade que a própria criança que está passando por determinada vivência. Cabe então, ao educador infantil ser sensível a prováveis dificuldades de adaptação que a criança ou aluno poderão apresentar e, estar apto para lidar com situações que exija paciência, compreensão e técnica, permitindo assim, que responsáveis e alunos sintam-se mais confortáveis e tranquilos em

relação ao processo ensino aprendizagem. O ideal é que o professor tenha algumas atitudes, estratégias e comportamentos que favoreçam uma melhor aceitação e desenvolvimento dessa criança no ambiente escolar e até mesmo no dia a dia como:

- Buscar organizar o espaço infantil de forma que o ambiente proporcione harmonia nos aspectos psicológicos e biológicos da criança;
- No período em que a criança estiver no Jardim de Infância, passar a sensação de um mundo mais lúdico no qual a criança, apesar de estar passando por um processo de educação e aprendizagem, não se sinta educada formalmente;
- Criar hábitos de correção com suavidade e fineza;
- Ao propor atividades para as crianças, conduza-as da melhor maneira possível, de forma que essas venham lembrar-se do momento com saudade;
- Preparar o momento da leitura com maior carinho possível, visto que se trata de um momento mágico para a criança, bem como estimula o crescimento do vocabulário preparando-a para a alfabetização;
- Observar bem os seus alunos, podendo detectar o que pode melhorar ou até mesmo o que deve ser eliminado;
- Ter consciência que punições devem ocorrer para corrigir maus hábitos, porém busque a melhor forma de realizar, fazendo com que a criança tenha consciência do erro.

Ressalta-se que o bom professor aprende junto com seus alunos, antes mesmo de propor a educá-los. (Elen Campos Caiado-Graduada em Fonoaudiologia e Pedagogia).

É importante que o professor reflita na sua prática, a sua “vivência”, então se torna necessário uma formação bastante ampla do profissional, aperfeiçoando-se sempre, porque segundo a educadora Guiomar Namó de Mello, em entrevista a revista Nova Escola (2004), em resposta a pergunta: Como deveria ser o currículo para a formar professores competentes?

A educadora responde que “ninguém ensina o que não aprendeu”.

Lidar com imprevistos no cotidiano da sala de aula requer do professor várias habilidades, entre elas o conhecimento específico dos conteúdos que deveram se ensinados, para que possa usá-los a favor da evolução da escola, para o bem do aluno e tranquilidade dos pais.

O perfil de um educador infantil precisa estar fundamentado em muitas questões básicas: Sensibilidade, conhecimento, flexibilidade, afetividade, criatividade, dinamismo e etc.,

De acordo com os Referenciais Curriculares para Educação Infantil “O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser

polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de natureza diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional, que deve torna-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação.”

Em harmonia com os princípios legais pode-se enumerar algumas características necessárias ao educador infantil:

- Refletir sobre suas atitudes;
- Gostar de aprender;
- Buscar sempre novidades e inovações;
- Ter paciência e ser bastante seguro;
- Amar o que faz e procurar sempre melhorar;
- Conhecer o máximo possível sobre a criança;
- Amar as crianças e tratar a todas com consideração especial;
- Planejar, registrar e avaliar suas ações;

A nova dinâmica da Educação Infantil tem exigido do educador uma visão ampla do processo de aquisição do conhecimento e do desenvolvimento das relações estabelecidas nas interações socioculturais.

Conhecer novas teorias e articulá-las entre si é de fundamental importância para que possa ampliar e aprofundar o saber e reconstruir a prática pedagógica de forma crítica e criteriosa, numa busca constante de significados. Na concepção sócio interacionista, o educador é muito mais que uma pessoa que ensina, ele é um participante do processo de construção da cidadania e do conhecimento.

A eficácia na área da educação infantil exige amorosidade, criatividade, respeito, ética, justiça, diálogo e solidariedade nas relações da comunidade escolar, demonstrada por meio da prática educativa. Sendo assim, é importante que o professor torne-se um eterno aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. Nessa perspectiva é importante lembrar que em sintonia com diversas fases da história da educação brasileira, preconizando mudanças estruturais nas formas de ensinar e aprender é de



fundamental importância que o educador infantil busque aprofundar seus conhecimentos no que diz respeito à criança de 0 a 6 anos.

O profissional da Educação Infantil tem que ser um pesquisador nato, buscar a todo o momento novos conhecimentos, aprofundar seus estudos em teóricos como: Vygotsky, Piaget, Wallon e outros, que muito contribuí para a compreensão da criança de 0 a 6 anos na sua totalidade.

No plano do fazer pedagógico é importante que o professor tenha consciência que ele é o mediador de novos aprendizados para a criança, pois esta já traz consigo um conhecimento prévio das relações da convivência com as pessoas que interagem na família e nos grupos sociais dos quais faz parte, isto é, da comunidade.

### **Considerações Finais**

Como resultado das pesquisas realizadas para a construção desse trabalho, concluiu-se que o Perfil do Educador Infantil, é entendido neste novo contexto da educação, como sendo um desafio, ainda é impressionante o tamanho da desvalorização que este profissional sofre num contexto geral, sendo um profissional tão essencial para a sociedade.

Após uma reflexão mais profunda sobre este profissional, foi possível compreender que o professor (dirijo-me de forma genérica, pensando em professor ou professora) que trabalha diretamente com crianças de 0 a 6 anos precisa ter uma competência polivalente. Isso significa dizer que deverá trabalhar com conteúdos de natureza diversos, que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas dos conhecimentos.

Entendo que o professor que atua na Educação Infantil tem que ser um eterno pesquisador, pois a busca constante pelo conhecimento fará com que ele reflita sobre o seu papel enquanto educador e o processo ensino-aprendizagem.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) preveja que o profissional que trabalha na Educação Infantil tenha como formação inicial o curso de pedagogia, se admite a formação de nível médio, por este motivo o perfil do profissional, é uma questão que ainda não está bem resolvida. É preciso repensar e formular novos programas de atendimento a este profissional, pois na sociedade contemporânea o profissional que trabalha na modalidade Educação Infantil precisa entender de muitas áreas do conhecimento para atender dignamente essa nova demanda. É sem dúvida uma formação

multidisciplinar. Neste novo contexto educacional o educador infantil é aquele que enfrenta bem as circunstâncias com que se depara no dia a dia, busca honrar suas relações com seus infantis e com os outros a sua volta, superando com paciência e bom humor os obstáculos da rotina escolar, sabe da importância de caminhar lado a lado com a família, pois esta parceria e se faz necessária para formação dos pequeninos de forma integral.

Aprendi que a motivação maior de um Educador Infantil deve ser amor às crianças e querer tê-las como companheira, resgatar o ideal de transformar o mundo por meio delas. Ser educador é uma das profissões mais bonitas, pois nela nos envolvemos com o outro e juntos compartilhamos saberes e práticas essenciais para o crescimento profissional.

Concluo este trabalho, dizendo que o profissional da educação infantil precisa ser um profissional qualificado e imbuído de experiências a serem compartilhadas, e quando essa experiência não existe somente a teoria o qualifica, o desejo e a humildade em aprender com o outro é fundamental.

## Referências Bibliográficas

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARROS, Adil de Jesus Paes e de LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa: Propostas Metodológicas**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2005.

BARBOSA, M.C.S.; HORN, M.G.S. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil (PDE)**. Volume 2, 2008

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAVALCANTE, Meire. **Corrida para qualificar os professores da infância**. Pátio-Educação Infantil, Brasil, Nº 31, p. 34- 37, abril/junho. 2012.

CERISARA, Isabel, et ali. **Educação Infantil Pós-LDB: rumos e desafios**. Florianópolis: Autores Associados, 1999. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

LDB-A Nova Lei da Educação. **Conteúdo do livro de Arnaldo Niskier**. Governo do Estado. 1996.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de: **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo:

Cortez, 2002. Coleção (Docência em Formação)

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Didática: O ensino e suas relações**. Campinas, SP: Papyrus, 1996 (Magistério Formação e trabalho Pedagógico).

VYGOTSKY, L.. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MIGUEZ, Fátima. **Nas Arte – Manhas do Imaginário Infantil**. Rio de Janeiro, 2010.